

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços médicos especializados no âmbito da rede municipal de saúde do município de Tarumã, com atendimento ambulatorial programado, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente contratação tem por objeto o **Credenciamento de médicos especialistas para prestação de serviços ambulatoriais especializados**, conforme demanda da rede municipal de saúde, nos termos da tabela abaixo, e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Lote	Especialidade / Serviço	Valor Unit.	Quantidade estimada de atendimentos por mês	Valor Total estimado por mês	Quantidade estimada de atendimentos por ano	Valor Total estimado por ano
1	Pediatra	R\$ 93,79	100	R\$ 9.379,00	1200	R\$ 112.548,00
2	Obstetra	R\$ 102,65	160	R\$ 16.424,00	1920	R\$ 197.088,00
3	Cardiologista	R\$ 117,26	120	R\$ 14.071,20	1440	R\$ 168.854,40
4	Exame Ecocardiograma	R\$ 147,91	50	R\$ 7.395,50	600	R\$ 88.746,00
5	Ortopedista	R\$ 90,55	200	R\$ 18.110,00	2400	R\$ 217.320,00
6	Psiquiatra	R\$ 175,00	120	R\$ 21.000,00	1440	R\$ 252.000,00
7	Dermatologista	R\$ 85,90	100	R\$ 8.590,00	1200	R\$ 103.080,00
7	Procedimentos dermatológicos	R\$ 69,75	50	R\$ 3.487,50	600	R\$ 41.850,00
8	Oftalmologista	R\$ 86,22	120	R\$ 10.346,40	1440	R\$ 124.156,80
9	Otorrinolaringologista	R\$ 103,63	100	R\$ 10.363,00	1200	R\$ 124.356,00
10	Exame Imitanciometria	R\$ 64,48	50	R\$ 3.224,00	600	R\$ 38.688,00
11	Exame Fibrolaringoscopia	R\$ 130,00	90	R\$ 11.700,00	1080	R\$ 140.400,00
12	Exame Polissonografia	R\$ 224,50	15	R\$ 3.367,50	180	R\$ 40.410,00
13	Neurologista	R\$ 164,05	100	R\$ 16.405,00	1200	R\$ 196.860,00
14	Neuropediatra	R\$ 633,33	100	R\$ 63.333,00	1200	R\$ 759.996,00
15	Exame de mapeamento	R\$ 169,19	80	R\$ 13.535,20	960	R\$ 162.422,40
16	EEG Eletroencefalograma	R\$ 86,00	80	R\$ 6.880,00	960	R\$ 82.560,00
17	Gastroenterologista	R\$ 123,00	100	R\$ 12.300,00	1200	R\$ 147.600,00
18	Exame de Endoscopia	R\$ 286,11	100	R\$ 28.611,00	1200	R\$ 343.332,00
19	Exame Colonoscopia	R\$ 487,25	40	R\$ 19.490,00	480	R\$ 233.880,00
20	Exame Anuscopia	R\$ 225,00	5	R\$ 1.125,00	60	R\$ 13.500,00
21	Exame Retoscopia	R\$ 321,16	50	R\$ 16.058,00	600	R\$ 192.696,00
22	Endocrinologia	R\$ 176,68	50	R\$ 8.834,00	600	R\$ 106.008,00
23	Urologista	R\$ 142,94	100	R\$ 14.294,00	1200	R\$ 171.528,00
24	Geriatra	R\$ 105,55	100	R\$ 10.555,00	1200	R\$ 126.660,00



25	Proctologista	R\$ 100,63	100	R\$ 10.063,00	1200	R\$ 120.756,00
26	Cirurgião Geral	R\$ 85,83	100	R\$ 8.583,00	1200	R\$ 102.996,00
26	Procedimento Cirúrgico (Cirurgião Geral)	R\$ 85,83	50	R\$ 4.291,50	600	R\$ 51.498,00
27	Vascular	R\$ 92,55	100	R\$ 9.255,00	1200	R\$ 111.060,00
27	Procedimento Cirúrgico (Vascular)	R\$ 92,55	50	R\$ 4.627,50	600	R\$ 55.530,00
28	Fonoaudiólogo	R\$ 108,76	100	R\$ 10.876,00	1200	R\$ 130.512,00
29	Exame de audiometria	R\$ 109,67	50	R\$ 5.483,50	600	R\$ 65.802,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.824.693,60

OBS: Para os procedimentos cirurgicos de cirurgia geral e vascular serão considerados o valores equivalentes aos das consultas.

1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com o interesse público e a continuidade dos serviços.

1.3. Natureza do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação consiste na prestação de serviços profissionais especializados em saúde, mediante atendimento médico ambulatorial nas especialidades credenciadas, com atuação sob demanda nas unidades de saúde do município. Trata-se de serviço técnico de natureza pessoal e singular, cuja prestação exige formação específica, registro profissional no Conselho Regional de Medicina (CRM) e comprovação de capacidade técnica na respectiva especialidade. .

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A presente contratação tem por objetivo suprir a necessidade de atendimentos especializados em saúde, diante da ausência ou insuficiência de profissionais médicos com vínculo direto com a Administração Pública Municipal nas diversas especialidades clínicas e cirúrgicas.

2.2. O credenciamento de médicos especialistas permitirá agilidade, continuidade e ampliação da oferta de serviços ambulatoriais especializados à população, atendendo à crescente demanda reprimida da rede municipal de saúde e assegurando o cumprimento das diretrizes do SUS quanto à integralidade da atenção.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento auxiliar de credenciamento de médicos especialistas, possibilitando à Administração Pública Municipal a contratação de profissionais habilitados para prestar serviços ambulatoriais especializados, conforme demanda da rede pública de saúde de Tarumã.



3.2. O credenciamento permitirá o atendimento contínuo e descentralizado de diversas especialidades médicas, com flexibilidade para adequação de horários, substituições e atuação conforme critérios técnicos e clínicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Comprovação de aptidão técnica para o desempenho de serviços médicos especializados, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a prestação anterior de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto deste credenciamento.

4.2. Os profissionais deverão apresentar, no ato do credenciamento:

- Registro profissional válido no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Comprovação da especialidade médica por meio de certificado de residência médica reconhecido pelo MEC ou título de especialista emitido pela sociedade correspondente e homologado pela AMB/CFM;
- Indicação do responsável técnico, com comprovante de inscrição regular no CRM;
- Declaração de disponibilidade para atendimento conforme demanda da rede municipal.

4.3. Os prestadores deverão atender às obrigações legais previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como às normas da Secretaria Municipal de Saúde de Tarumã, assumindo integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e ético-profissionais decorrentes da execução dos serviços.

4.4. Os demais requisitos técnicos, operacionais e de habilitação encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado o procedimento auxiliar de Credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, configurando hipótese de inexigibilidade de licitação, dada a natureza singular e personalíssima dos serviços médicos especializados a serem prestados.

5.2. O credenciamento permitirá a contratação de todos os profissionais que atendam aos requisitos exigidos, garantindo ampla participação, pluralidade de prestadores e continuidade do atendimento à população, evitando riscos de desassistência e assegurando a eficiência e a economicidade na execução das ações e serviços públicos de saúde.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

6.1. Os serviços médicos especializados serão prestados de forma presencial, em regime ambulatorial, conforme escalas e cronogramas definidos previamente pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando a demanda apresentada pelas unidades de saúde do município.



6.2. Os atendimentos deverão ocorrer em locais definidos pela Administração, podendo abranger as Estratégias de Saúde da Família (ESFs), Centro de Especialidades, Policlínica ou outras estruturas vinculadas ao SUS no município de Tarumã.

6.3. O profissional credenciado deverá comparecer pontualmente aos atendimentos previamente agendados, respeitar o número de consultas ou procedimentos pactuados por turno e realizar o correto preenchimento dos prontuários e sistemas de informação da saúde, garantindo a rastreabilidade e a transparência na prestação dos serviços.

6.4. Havendo impedimento para comparecimento ao atendimento agendado, o profissional deverá informar com antecedência mínima de 48 horas, para que a Secretaria Municipal de Saúde possa providenciar a substituição e evitar prejuízos à assistência.

6.5. A prestação do serviço será controlada por meio de fichas de atendimento, relatórios mensais e controle eletrônico de produção, os quais servirão de base para a verificação, liquidação e pagamento das horas efetivamente prestadas.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Rotinas de Fiscalização Contratual

7.1.1. A execução do contrato será fiscalizada e acompanhada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável por verificar a efetividade dos serviços prestados, a assiduidade e a qualidade dos atendimentos realizados pelos profissionais credenciados.

7.1.2. O pagamento pelos serviços será efetuado à vista das notas fiscais apresentadas mensalmente, acompanhadas dos relatórios de atendimento devidamente atestados pelo responsável técnico da unidade de saúde e pelo fiscal do contrato.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas estabelecidas e com as normas da Lei nº 14.133/2021. Cada parte será responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por motivo devidamente justificado, o cronograma de execução será ajustado automaticamente, mediante registro formal da Administração (art. 115, §5º).

7.1.5. A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Serão observadas as seguintes rotinas:

- 7.1.5.1. O fiscal do contrato deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relevantes, determinando medidas corretivas em caso de descumprimentos contratuais (art. 117, §1º);
- 7.1.5.2. Informará à autoridade competente quaisquer situações que exijam providências além de sua competência (art. 117, §2º).

7.1.6. O contratado deverá sanar, por sua conta, qualquer irregularidade ou não conformidade na execução do serviço, bem como substituir profissionais, se necessário, sem ônus adicional para a Administração (art. 119).



7.1.7. O contratado será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.8. A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato será integralmente do contratado (art. 121, caput e §1º).

7.1.9. As comunicações entre a Administração e o contratado deverão ocorrer por escrito, podendo ser utilizados meios eletrônicos quando admitidos, conforme regulamentação vigente.

7.1.10. O representante da contratada poderá ser convocado para reuniões de alinhamento, ajustes operacionais e correção de eventuais falhas na execução do contrato.

7.1.11. Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial com os prestadores credenciados, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização e execução contratual, incluindo mecanismos de controle, critérios de avaliação de desempenho, metas de produtividade e penalidades aplicáveis.

7.1.12. Antes da efetivação de qualquer pagamento, será obrigatória a consulta ao SICAF ou à documentação equivalente, para verificação da regularidade fiscal e trabalhista do prestador.

7.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Profissional ou Empresa Credenciada):

7.2.1. Prestar os serviços médicos especializados conforme a especialidade credenciada, com ética, qualidade técnica e humanização, observando os protocolos clínicos, as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde e a legislação vigente.

7.2.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas para o credenciamento, incluindo a regularidade perante o Conselho Regional de Medicina (CRM).

7.2.3. Providenciar, de forma imediata, a correção de eventuais falhas, omissões ou irregularidades apontadas pela Administração Municipal, especialmente em relação à assiduidade, qualidade do atendimento ou registros clínicos incompletos.

7.2.4. Arcar com prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de conduta culposa ou dolosa, negligência, imperícia ou descumprimento das obrigações contratuais.

7.2.5. Observar e cumprir integralmente todas as normas legais, éticas e técnicas aplicáveis aos serviços de saúde, bem como os regulamentos e protocolos instituídos nas esferas municipal, estadual e federal.

7.2.6. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização prévia e expressa da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente justificada.

7.2.7. Cumprir com pontualidade os horários de atendimento, conforme agendamentos definidos, zelando pela continuidade e qualidade dos serviços. Em caso de impossibilidade de comparecimento, comunicar previamente e viabilizar substituto com a devida qualificação.

7.2.8. Manter atualizados os dados cadastrais, bancários e de contato junto à Administração, facilitando a comunicação e o envio de documentos relativos ao contrato.

7.2.9. Preencher corretamente os prontuários, fichas clínicas e sistemas de informação oficiais, garantindo a rastreabilidade, controle e transparência dos atendimentos realizados.



7.2.10. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado, conforme as instruções vigentes para o acompanhamento de todos os atos administrativos e contratuais até o julgamento final.

8. CRITÉRIOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

8.1. Medição e Recebimento dos Serviços Prestados

8.1.1. Os serviços médicos especializados serão medidos com base em relatórios mensais de produção devidamente assinados pelo profissional credenciado, atestados pelo responsável da unidade de saúde e conferidos pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.1.2. O relatório deverá conter:

- Nome do profissional;
- Especialidade;
- Data e local de cada atendimento;
- Número de pacientes atendidos por turno ou consulta;
- Assinatura do responsável técnico da unidade e do fiscal do contrato.

8.1.3. O recebimento dos serviços será considerado provisório com a apresentação da nota fiscal acompanhada do relatório mensal de atendimento, e será convertido em recebimento definitivo após validação pelo setor responsável da Administração, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis.

8.1.4. Caso haja inconsistências ou irregularidades nos documentos apresentados, a liquidação da despesa será suspensa até a devida regularização por parte do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades, se for o caso.

8.1.5. O recebimento definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade do contratado por eventuais erros técnicos, falhas de conduta ética ou omissões verificadas posteriormente, inclusive com reflexos em auditorias internas, externas ou do SUS.

8.2. Pagamento

8.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo contratado.

8.2.1. No momento do pagamento, serão aplicadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, exceto quando o contratado for optante do Simples Nacional e apresentar comprovação oficial do enquadramento, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.2. O valor a ser pago corresponderá exclusivamente ao número de horas ou atendimentos efetivamente prestados, conforme previsto no contrato e atestado pela Administração.

8.2.3. O pagamento somente será processado se o contratado estiver com a documentação fiscal e trabalhista regularizada, nos termos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração consultar o SICAF ou exigir documentação equivalente.



8.3. **Liquidação**

8.3. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, prorrogáveis por igual período mediante justificativa.

8.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresenta os elementos essenciais, tais como:

- Prazo de validade;
- Data de emissão;
- Identificação do contrato e da Secretaria Municipal de Saúde;
- Período de execução dos atendimentos;
- Valor a ser pago, conforme horas ou atendimentos prestados;
- Destaque de retenções tributárias aplicáveis, quando for o caso.

8.3.2. Havendo erro ou inconsistência nos documentos apresentados, a liquidação ficará sobrestada até que o contratado providencie as devidas correções, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus à Administração.

8.3.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por consulta direta aos sites dos órgãos competentes, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. **Forma de Pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, para crédito em conta corrente informada pelo contratado.

8.4.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que for emitida a ordem bancária.

8.4.3. Haverá retenção tributária conforme a legislação vigente, exceto para optantes do Simples Nacional, desde que seja apresentada comprovação de enquadramento no regime diferenciado.

8.4.4. Independentemente do percentual previsto na planilha estimativa de preços, a Administração reterá na fonte os tributos conforme os percentuais legais aplicáveis à época do pagamento.

8.4.5. Para prestadores optantes pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à apresentação de documento oficial que comprove o direito ao regime tributário favorecido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8. **FORMA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

(Art. 74, II e art. 79 da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Forma de Seleção

9.1.1. A seleção dos prestadores se dará por meio do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, configurando hipótese de



inexigibilidade de licitação (art. 74, inciso II), uma vez que se trata de serviços técnicos profissionais especializados e de natureza personalíssima, cuja remuneração é previamente fixada pela Administração.

9.1.2. Serão credenciados todos os interessados que atenderem aos requisitos mínimos de qualificação técnica, regularidade jurídica e fiscal, conforme disposto neste Termo de Referência e no edital, não havendo competição de preços entre os prestadores.

9.1.3. O credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência do edital, podendo novos prestadores solicitar ingresso a qualquer tempo, desde que preencham as condições exigidas.

9.1.4. A remuneração dos profissionais credenciados será fixa e previamente estabelecida pela Administração, baseada em estudos de mercado e na compatibilidade com os preços praticados por entes públicos e privados para serviços de mesma natureza.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação no procedimento de credenciamento, o interessado (Pessoa Jurídica) deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, conforme sua forma de constituição:

10.1.1. Habilitação Jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das



Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;
- c. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
 - c.1.) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).
- d. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- e. Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

10.1.1.1. **Qualificação Técnica**

10.1.1.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de serviços médicos especializados, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a prestação anterior de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto deste credenciamento.

10.1.1.2.1. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da entidade contratante, contendo:

- Nome completo do profissional ou empresa;
- Identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão;
- Data de emissão;
- Descrição da especialidade médica prestada;
- Local e período de execução;
- Contato para eventual verificação de autenticidade.



11.1.4.4. Atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial, desde que pertençam à mesma razão social ou grupo empresarial.

11.1.4.5. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares para verificação da veracidade dos atestados, como contratos de prestação de serviço, ordens de serviço, notas fiscais e outros registros relacionados à execução.

11.1.4.6. Será exigida a comprovação de:

- Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado de São Paulo (ou de atuação);
- Título de especialista reconhecido pela AMB/CFM ou certificado de residência médica nas áreas pleiteadas, quando aplicável;
- Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços (quando empresa), com comprovação de vínculo e habilitação profissional.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação será apurado com base em Pesquisa de Preços realizada pelo Departamento de Licitação, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

12.2. A estimativa levará em consideração os valores praticados por entes públicos e privados para serviços médicos de mesma natureza, garantindo a compatibilidade com os preços de mercado.

12.3. Os valores estimados serão incluídos no edital de credenciamento e deverão ser observados para fins de pagamento dos serviços credenciados, conforme horas efetivamente prestadas.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes dos contratos firmados com os profissionais credenciados correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual da Secretaria Municipal de Saúde, vigente à época da formalização do contrato, respeitando os limites autorizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e pelo Plano Plurianual (PPA).

02.08.00-10.301.0022.1119-3.3.90.39 – **1009** (2) - OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA – R\$ 100.000,00

02.08.00-10.301.0022.1122-3.3.90.39 – **1011** (5) - OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA – R\$ 200.000,00

02.08.00-10.301.0022.2170-3.3.90.39 – **1003** (2) - OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA – R\$ 102.057,80

Tarumã, 01 de outubro de 2025.

Úrsula Santana do Nascimento
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã

